



Análise dos resultados da eleição 2022

para Câmara Federal e Senado
com base nos dados
do Farol Verde¹

OUTUBRO 2022



¹ Autor: André Lima, Consultor Sênior de Política e Direito Socioambiental do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e colunista do Congresso em Foco, idealizador e coordenador do Painel Farol Verde e do Prêmio Parlamentares pelo Clima e Sustentabilidade do Congresso em Foco.

Este documento oferece uma análise do resultado das eleições para a Câmara Federal e Senado e seu potencial impacto na agenda Climática e Socioambiental no legislativo federal a partir de 2023. Para desenvolvê-la foi utilizada a base de dados relativa ao desempenho de deputados federais e senadores candidatos à reeleição e seus partidos produzida e disponibilizada ao público pelo Painel Farol Verde² durante o período eleitoral.

O propósito dessa análise não é ditar rumos tampouco “lacrar” uma conclusão peremptória, mas fundamentalmente oferecer elementos objetivos para um exame mais refinado das perspectivas para a próxima legislatura federal (57ª legislatura). Pretende-se contribuir para o diálogo na sociedade sobre estratégias de incidência política (advocacy) efetivas que viabilizem a ampliação do apoio parlamentar às pautas de Clima e Meio Ambiente no parlamento federal.

No relatório de lançamento do Painel Farol Verde³ está detalhado como foi desenvolvido o Índice de Convergência Ambiental total (ICAt), base para a análise desenvolvida neste documento. Em síntese, a coordenação do Farol Verde selecionou as principais votações nominais sobre matérias socioambientais ocorridas na Câmara Federal e no Senado durante a 56ª legislatura até o início das eleições, entre 2019 e 2022. Foram consideradas, além da aprovação ou rejeição das matérias, também, os respectivos requerimentos (inclusão ou retirada de pauta, urgência, destaques e/ou emendas).

Para cada matéria (Projeto de Lei, Proposta

de Emenda Constitucional ou Medida Provisória) foi calculado um Índice de Convergência Ambiental por matéria (ICAm). Utilizamos como referência para o cálculo da convergência ambiental por matéria a votação do(a) líder da bancada ambientalista, coordenador(a) da Frente Parlamentar Ambientalista⁴, na Câmara e no Senado.

A convergência foi aferida (em percentual) em concordância (ou não) com o voto do líder da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara e no Senado. O parlamentar que votou na matéria (ou destaques) divergente do coordenador da Frente Ambientalista, ou não votou naquela matéria, requerimento, ou destaque, não pontuou para a matéria específica (inclusive nos destaques) e conseqüentemente perdeu ponto na média total. O cálculo do Índice de Convergência Ambiental “total” (ICAt) é resultado da média dos Índices de Convergência Ambiental por matéria (ICAm).

Foram selecionadas 12 matérias e dezenas de votações a elas correlatas e que tratam de anistias a grilagem de terras, regularização fundiária, flexibilização do código florestal, dia dos povos indígenas, urgência para mineração em terras indígenas, liberação de agrotóxicos, flexibilização do licenciamento ambiental, mercado brasileiro de redução de emissões de carbono, pagamento por serviços ambientais, água como direito fundamental.

Foram consideradas todas as votações nominais ocorridas em plenário, inclusive todos os destaques, emendas de plenário, requerimentos de retiradas de pauta e regime de urgência.

² www.farolverde.org.br

³ <https://bit.ly/3rBiqdG> veja também em <https://bit.ly/3T30K6n>

⁴ <https://www.frenteambientalista.com/> Consideramos como referência as votações dos deputados Rodrigo Agostinho e Alessandro Molon e da Senadora Eliziane Gama e Senador Fabiano Contarato.

Análise por parlamentar (eleito e reeleito) e por partidos

A média geral do Índice de Convergência Ambiental total (ICAt) dos candidatos(as) à reeleição na Câmara Federal em 2022, verificada pelo Farol Verde e divulgada no relatório lançado em setembro, **foi de 43%**.

Abaixo, portanto, de 50% que seria um mínimo para a Câmara ser considerada, pelo critério adotado pelo Farol Verde, medianamente comprometida com as pautas socioambientais.

A média geral projetada para o novo parlamento (57ª legislatura) é de 42%.

Portanto, uma alteração pouco expressiva (-2,4%).

Consideramos para medir o perfil da composição da 57ª legislatura:

(i) o índice de convergência de cada parlamentar reeleito (277 deputados), e

(ii) para cada um dos eleitos (236 deputados sem mandato, ou não-reeleição), projetamos o índice médio de convergência ambiental verificado por partido.

Índices (ICAt) médio por Partido⁵

Partido	Média ICAT Partido %	Números de Deputados
REDE	87	2
PCdoB	85	6
PT	81	68
PSOL	80	12
PSB	80	14
PV	75	6
PDT	70	17
AVANTE	52	7
Cidadania	51	5
PROS	48	3
Patriota	40	4
PSDB	40	13
MDB	38	42
PSD	33	42
Republicanos	32	41
Podemos	31	12
PSC	31	6
PP	30	47
União Brasil	28	59
Solidariedade	27	4
PL	26	99
PTB	26	1
Novo	21	3

⁵ Obtido a partir da média dos índices de convergência ambiental dos candidatos à reeleição em 2022.

A partir do índice de convergência dos parlamentares **reeleitos** para a Câmara Federal e do índice médio por partido projetado para os deputados eleitos, verificou-se na análise uma mudança sensível que sugere para a próxima legislatura **uma redução de convergência** na Câmara dos Deputados em relação à agenda climática e socioambiental. A distribuição na Câmara entre deputados considerados "verdes", "intermediários" e "divergentes" pelo Farol Verde está descrita na tabela a seguir.

Quadro Geral da 57ª Legislatura (Câmara Federal)

Categoria	Deputados	%
Verdes (ICAt igual ou superior a 50%)	138	27%
Intermediários (ICAt entre 31 e 49%)	156	30%
Divergentes (índice inferior a 30%)	219	43%

De acordo com os índices verificados por parlamentar **reeleito** e os índices projetados para os eleitos (não-reeleição), comparando-se aos índices de convergência dos parlamentares da atual legislatura⁶, verifica-se que:

- ▶ **Caiu de 30% para 27%** o percentual de deputados federais verdes com ICAt superior a 50%;
- ▶ **Caiu de 33% para 30,4%** o percentual de deputados federais moderados ou incluídos na categoria "intermediários; e
- ▶ **Subiu de 37% para 42,6%** o percentual de deputados federais majoritariamente antiambientais, ou divergentes.

Os dados sugerem que a Câmara Federal potencialmente tornar-se-á na próxima legislatura ainda menos aderente às pautas socioambientais e climáticas do que a atual, isso porque:

- ▶ % de deputados com ICAt considerado "verde" **caiu 10%**,
- ▶ % de deputados com ICAt intermediário **caiu 7,8%**, e
- ▶ % de deputados com índice considerado antiambiental ou "divergente" (abaixo de 30%) **subiu 15%**.

⁶ Consideramos apenas os índices dos candidatos à reeleição (438 deputados).

Perda de parlamentares Verdes na Câmara Federal

No total não se reelegeram 49 candidatos considerados verdes na atual legislatura.

Abaixo segue o quadro das perdas mais importantes na bancada ambientalista verificadas na Câmara Federal.

Deputado	Partido	UF
Vilson Da Fetaemg	PSB/MG	98%
Rodrigo Agostinho	PSB	98%
Camilo Capiberibe	PSB/AP	97%
Elias Vaz	PSB/GO	96%
Célio Moura	PT/CE	95%
Perpétua Almeida	PCdoB/AC	94%
Joênia Wapixana	REDE/RR	94%
Vicentinho	PT/SP	91%
Bira Do Pindaré	PSB/MA	90%
Júlio Delgado	PV/MG	89%
Ted Conti	PSB/ES	86%
Vivi Reis	PSOL/PA	86%
Ivan Valente	PSOL	86%
Rafael Motta	PSB/RN	84%
Mauro Nazif	PSB/RO	84%
Prof Marcivania	PCdoB/AP	82%
Alessandro Molon	PSB/RJ	82%
David Miranda	PDT/RJ	82%
Prof. Rosa Neide	PT/MT	81%
Orlando Silva	PC do B	80%
Gonzaga Patriota	PSB/PE	79%
Gustavo Fruet	PDT/PR	79%
Leo De Brito	PT/AC	78%

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Leônidas Cristino	PDT/CE	78%
Merlong Solano	PT/PI	77%
Jesus Sérgio	PT/AC	76%
Tadeu Alencar	PSB/PE	76%
Felipe Rigoni	UNIÃO/ES	75%
Prof. Israel Batista	PSB/DF	74%
Raul Henry	MDB/PE	73%
Daniel Coelho	CID/PE	67%
Frei Anastácio Ribeiro	PT/PB	66%
Cássio Andrade	PSB/PA	61%

Em compensação às perdas acima verificadas, houve eleição de importantes candidatos novos (ou sem mandato atual) que podem ser considerados “verdes” ou majoritariamente “convergentes”.

Nesse espectro temos os eleitos que aderiram voluntariamente ao Painel Farol Verde, que contou com 147 inscrições de candidaturas novas (não-reeleição), e os demais candidatos novos eleitos não identificados previamente pelo Farol Verde.

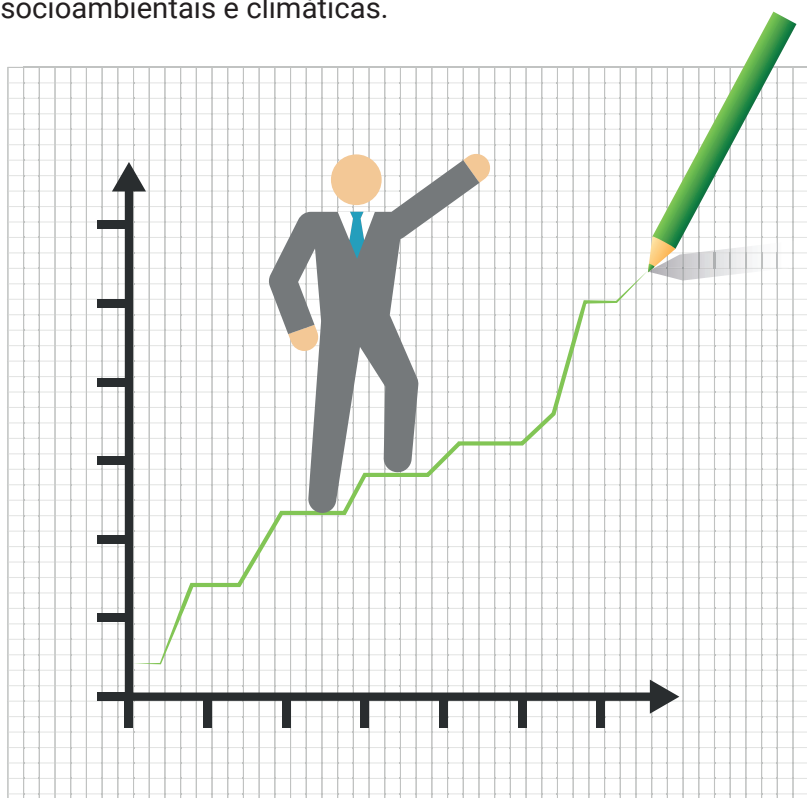
As 147 candidaturas registradas no Farol Verde obtiveram 5,2 milhões de votos⁷.

⁷ Vale lembrar que a diferença de votos apurados no 1º turno para a Presidência da República do Brasil entre os candidatos Lula e Bolsonaro foi de 6,1 milhões.

Oito candidatos sem mandato atual cadastrados no Farol Verde se elegeram, a saber:

Candidato	Partido	UF	Votos
Juliana Cardoso	PT	SP	125.517
Camila Jara	PT	MS	56.552
Denise Pessôa	PT	RS	44.241
Marina Silva	REDE	SP	237.526
Dandara	PT	MG	86.034
Guilherme Boulos	PSOL	SP	1.001.472
Sônia Guajajara	PSOL	SP	156.966
Duda Salabert	PDT	MG	208.332
Total			1.916.640

Considera-se a eleição desses candidatos uma compensação parcial importante às perdas havidas na bancada verde. Sobretudo a eleição de Marina Silva e Sônia Guajajara que já contam com um histórico consolidado de defesa das causas socioambientais e climáticas.



Eleição e reeleição de deputados Verdes

- ▶ **Dos 130 deputados** candidatos à reeleição para a Câmara Federal em 2022 com índice de convergência acima de 50%, **82 reelegeram-se (63% de índice de reeleição)**.
- ▶ **Dos 25 deputados** candidatos à reeleição para a Câmara Federal em 2022 com os melhores índices de convergência ambiental (acima de 90%), **16 reelegeram-se (64% de índice de reeleição)**.
- ▶ O índice de reeleição nas duas categorias verdes foi superior em 15% à média geral de reeleição para a Câmara Federal, que foi de 55%.

Dos deputados eleitos com potencial de alta convergência nas pautas climáticas e socioambientais na Câmara destacam-se os abaixo listados.

Parlamentar	Partido	UF	ICAt
Luciano Amaral	PV	AL	75%
Dorinaldo Malafaia	PDT	AP	70%
Josenildo	PDT	AP	70%
Professora Goreth	PDT	AP	70%
Ivoneide Caetano	PT	BA	81%
Leo Prates	PDT	BA	70%
Jack Rocha	PT	ES	81%
Paulo Foletto	PSB	ES	80%
Delegada Adriana Accorsi	PT	GO	81%
Marcio Honaiser	PDT	MA	70%
Célia Xakriabá	PSOL	MG	80%
Dandara	PT	MG	81%
Duda Salabert	PDT	MG	70%
Miguel Ângelo	PT	MG	81%
Ana Pimentel	PT	MG	81%
Camila Jara	PT	MS	81%
Luiz Couto	PT	PB	81%
Pedro Campos	PSB	PE	80%
Clodoaldo Magalhães	PV	PE	75%
Eriberto Medeiros	PSB	PE	80%
Lucas Ramos	PSB	PE	80%
Guilherme Uchoa Junior	PSB	PE	80%
Dr. Francisco	PT	PI	81%

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Florentino Neto	PT	PI	81%
Jadyel Da Jupi	PV	PI	75%
Carol Dartora	PT	PR	81%
Tadeu Veneri	PT	PR	81%
Tarcísio Motta	PSOL	RJ	80%
Lindbergh Farias	PT	RJ	81%
Chico Alencar	PSOL	RJ	80%
Washington Quaqué	PT	RJ	81%
Bandeira de Melo	PSB	RJ	80%
Pastor Henrique Vieira	PSOL	RJ	80%
Dimas Gadelha	PT	RJ	80%
Reimont	PT	RJ	81%
Mineiro	PT	RN	81%
Alexandre Lindenmeyer	PT	RS	81%
Daiana Santos	PCdoB	RS	85%
Denise Pessôa	PT	RS	81%
Ana Paula Lima	PT	SC	81%
Guilherme Boulos	PSOL	SP	80%
Erika Hilton	PSOL	SP	80%
Marina Silva	REDE	SP	87%
Kiko Celeguim	PT	SP	81%
Jilmar Tatto	PT	SP	81%
Sônia Guajajara	PSOL	SP	80%
Luiz Marinho	PT	SP	81%
Juliana Cardoso	PT	SP	81%
Jonas Donizette	PSB	SP	80%

⁸ Média projetada por partido dos Índices de Convergência Ambiental total de seus candidatos à reeleição.

Nova Bancada Amazônica na Câmara Federal

Em relação à bancada Amazônica verificou-se uma tendência de piora nos índices de convergência ambiental:

- ▶ O índice de reeleição para a Câmara Federal nessas eleições de 2022 foi de **57,3%**⁹.
- ▶ O índice de reeleição de parlamentares com ICAt superior a 50% (considerados parlamentares verdes) foi de 26%, ou seja, **54% inferior ao índice de reeleição da Câmara**.
- ▶ O índice de reeleição dos parlamentares com ICAt inferior a 30%, (considerados antiambientais ou divergentes) foi de **58,5% ou 125% superior ao índice de reeleição alcançado pelo candidatos "verdes"**.

Considerando-se os eleitos e reeleitos a bancada amazônica ficou assim distribuída:

Categoria	Deputados	%
Verdes (ICAt igual ou superior a 50%)	10	11%
Intermediários (ICAt entre 31 e 49%)	35	38%
Divergentes (índice inferior a 30%)	46	51%

Os dados sugerem que as vozes que majoritariamente falarão em nome dos eleitores da Amazônia possuem baixa adesão às pautas climáticas e socioambientais.

Com a não reeleição de 13 deputados considerados verdes da Bancada Amazônica, como os deputados Camilo Capiberibe (PSB/AP), Joênia Wapixana (REDE/RR) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC), o índice médio de convergência ambiental da região reduziu 18,6%.

O ICAt médio da bancada Amazônica caiu de 43% para 35%.

⁹ <https://bit.ly/3CJWSSx>

Avaliação no Senado

Foi feita para o Senado uma análise de potenciais perdas e ganhos para a agenda socioambiental com o “troca-troca” nas 27 vagas.

Em linhas gerais, em termos de número e qualidade de votos, não se verificou uma perda significativa. Considerando-se as tendências dos novos parlamentares, em face dos índices de convergência ambiental médios dos seus respectivos partidos, verificou-se que a perda potencial é de **apenas dois votos**.

Na maioria dos casos houve, qualitativamente falando, uma troca de “seis por meia dúzia” em termos de adesão à pauta socioambiental.

Saldo das trocas de cadeiras no Senado

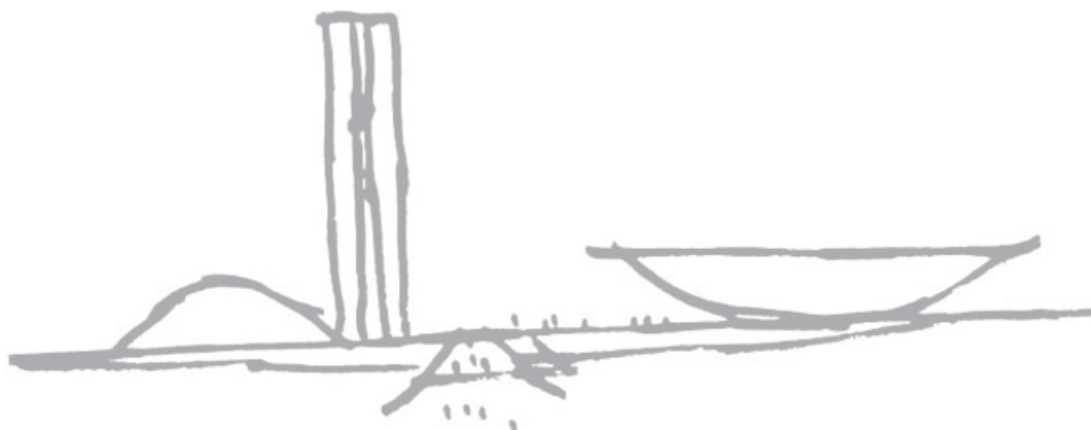
Quem entra?	Partido	UF	Quem sai?	Partido	SALDO
Alan Rick	UNIÃO	AC	Mailsa Gomes	PP	0
Renan Filho	MDB	AL	Fernando Collor	PTB	0
Camillo Santana	PT	CE	Tasso Jereissati	PSDB	1
Damarens Alves	PL	DF	Reguffe*	Sem Partido	-1
Magno Malta	PL	ES	Luiz Pastore	MDB	0
Wilder Moraes	PL	GO	Luiz Carlos do Carmo	PSC	0
Flávio Dino	PCdoB	MA	Roberto Rocha	PTB	1
Tereza Cristina	PP	MS	Simone Tebet*	MDB	-1
Cleitinho	PSC	MG	Alexandre Silveira	PSD	0
Sérgio Moro	UNIÃO	PR	Alvaro Dias	PODEMOS	0
Wellington Dias	PT	PI	Elmano Ferrer	PP	1
Tereza Leitão	PT	PE	Fernando Bezerra	MDB	1
Rogério Marinho	PL	RN	Jean Paul Prates	PT	-1

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Quem entra?	Partido	UF	Quem sai?	Partido	SALDO
General Mourão	Republicanos	RS	Lasier Martins	PODEMOS	0
Jaime Bagatolli	PL	RO	Acyr Gurgacz	PDT	0
Hiran Gonçalves	PP	RR	Telmário Motta*	PROS	-1
Jorge Seif	PL	SC	Dário Berger*	PSB	-1
Marcos Pontes	PL	SP	José Serra	PSDB	-1
Beto Faro	PT	PA	Paulo Rocha	PT	0
Romário	PL	RJ	Romário	PL	0
Omar Aziz	PSD	AM	Omar Aziz	PSD	0
Efraim Filho	UNIÃO	PB	Nilda Godim	MDB	0
Davi Alcolumbre	UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	UNIÃO	0
Otto Alencar	PSD	BA	Otto Alencar	PSD	0
Wellington Fagundes	PL	MT	Wellington Fagundes	PL	0
Prof. ^a Dorinha Seabra Rezende	UNIÃO	TO	Kátia Abreu	PP	0
Laercio Oliveira	PP	SE	Maria do Carmo	PP	0
					-2

Verifica-se no Senado, mesmo com algumas poucas perdas, que não houve alteração significativa, como houve na Câmara, no equilíbrio de forças entre os parlamentares de diferentes tendências em relação às pautas climáticas e socioambientais.



* Considerados senadores de centro-direita aliados na maior parte das votações mais relevantes ao núcleo da bancada ambientalista no Senado.

Verificou-se uma perda sensível de qualidade e quantidade de parlamentares potencialmente convergentes com as pautas de Clima e Meio Ambiente na Câmara Federal. O mesmo verificou-se no Senado, porém com uma intensidade menor.

O maior desafio, todavia, tanto na Câmara, quanto no Senado, para a agenda Climática e Socioambiental, sugerido pelas análises aqui contidas não é resultante apenas da perda, maior (na Câmara) ou menor (no Senado), de parlamentares verdes, ou da piora no índice de aderência de parlamentares eleitos para a 57ª legislatura em ambas as casas legislativas.

O maior desafio para a próxima legislatura certamente diz respeito ao fortalecimento e a consolidação das principais bancadas partidárias cujos índices de convergência ambiental médios são muito baixos e são consideradas bancadas majoritariamente antiambientais ou divergentes pelo indicador do Painel Farol Verde. Com destaque especial para as bancadas do **PL, PP, Republicanos e União Brasil, que juntas possuem 48% dos votos na Câmara Federal.**

Partido	ICAt %	Número de Deputados	Percentual da Câmara
PL	26	99	19%
Progressistas	30	47	9%
União Brasil	28	59	12%
Republicanos	32	41	8%
Total	29 (média)	246	48%

Os partidos acima citados, inclusive com a potencial fusão entre o União Brasil e o PP, devem ser os destinatários dos principais cargos na Mesa Diretora da Câmara e do Senado, sobretudo a Presidência da Casa, e das principais presidências de Comissões temáticas.

No Senado estes mesmos partidos acima comentados passarão a contar com, no mínimo, 32 senadores, podendo chegar a 34 membros, dependendo do resultado do segundo turno das eleições estaduais¹⁰.

Portanto, a bancada majoritariamente divergente em relação às pautas de clima e meio ambiente no Senado já é de, no mínimo, 39,5%, podendo chegar a 42%.

A distribuição dos cargos de direção na Câmara e no Senado definirá as prioridades legislativas a serem pautadas e o ritmo das votações, seja em Plenário, ou nas comissões na próxima legislatura.

Vale lembrar ainda que tanto na Câmara, quanto no Senado, foram eleitas lideranças importantes do Governo Bolsonaro que já demonstraram seu ímpeto e sua competência em divergir sistematicamente da bancada verde do Congresso Nacional, quando lideraram as pastas de Meio Ambiente e da Agricultura.

¹⁰ Dois senadores do PL disputam o governo de seus estados. Se perderem, engrossarão a bancada.
<https://bit.ly/3CQ3ZJn>

Diante de tudo o que foi aqui exposto e examinado, fica evidente que a eleição do novo Presidente da República, no próximo dia 30 de outubro, selará o destino da política e da legislação socioambiental e climática brasileira na próxima legislatura. Apesar de um parlamento relativamente menos convergente para as pautas socioambientais e climáticas é sabido que o(s) governo(s) tem peso relativo suficiente para reequilibrar, ou desequilibrar de vez, a tendência antiambiental.

O atual governo não modula, não modera, apenas promove e acelera a agenda antiambiental no parlamento federal. A reeleição do

governo federal atual, flagrantemente negacionista e antiambiental, seria um desastre para o Brasil e para todo o Planeta.

A eleição de um governo mais moderado, ainda que não ambientalista, deve operar para modular as posições pró e contra a agenda climática e socioambiental, como tradicionalmente ocorreu no Brasil nos últimos 34 anos, em que foi possível avançarmos significativamente no marco legal e programático socioambiental e climático com aprovação de leis importantes, mesmo em condições bastante adversas no parlamento.



Agradecimento Especial

À Direção do Instituto Democracia e Sustentabilidade e ao GT Socioambiental da Rede de Advocacy Colaborativo que confiaram desde o início no projeto, às 30 organizações da sociedade civil que compuseram o seu Comitê Colaborador e principalmente a toda equipe de profissionais dedicada ao desenvolvimento do Painel Farol Verde, sem a qual esta análise teria sido impossível de ser realizada. A saber: Mateus Fernandes (Coordenador. Adjunto do Painel Farol Verde/IDS), Ivens Drummond, Jade Tissiani, Ywana Cerqueira, Adriana Lippi e Iandara (equipe do IDS); Andressa Porto, Malu Rosa e Pedro Dávila (equipe Pulso Público); Stephani Jorge e Caio Túlio (equipe Torabit); Saulo Porto, Nathan Palmeira, Oto Nunes e Arthur Sturzbecher (equipe Dado Capital); Ivy, Paula e Guilherme Figueira (Agência Campo), Yumi Kawamura (comunicação da RAC).